

Maioria escassa não dá tranquilidade ao governo no Senado

Tarcísio Holanda

O governo já não tem uma situação tranquila no Senado, onde sua maioria parlamentar é precária e sofre instabilidades provocadas pelo mau humor ou a insatisfação deste ou daquele senador. Depois que dominou a Câmara alta com uma bancada amplamente majoritária, durante muito tempo, através da extinta Arena — 41 senadores — o governo passou a sofrer grandes dificuldades para aprovar matérias de seu interesse naquela Casa, onde o partido tem 36 senadores, ou seja dois além do quorum de maioria absoluta.

Apesar do esforço concentrado que foi realizado graças a um acordo das bancadas da maioria e da minoria, apenas 14 pedidos de empréstimos internos e externos foram aprovados, quando havia a expectativa de que a marca atingida fosse de, no mínimo 50 pedidos. Dormem nas gavetas da instituição mais de 300 pedidos de empréstimos internos e externos de Estados e municípios, os primeiros representando Cr\$ 300 bilhões de cruzeiros, os segundos um bilhão e 800 milhões de dólares, porque a maioria não consegue vencer a obstrução comandada sistematicamente por um único senador — Dirceu Cardoso (PMDB-ES).

ANACRONISMO

Existe como que um consenso entre os senadores de que a obstrução é um recurso parlamentar legítimo, mas não pode se transformar num meio para paralisar todo o processo legislativo e assim comprometer a instituição. Sobretudo quando essa obstrução sistemática pode ser efetuada por único senador, valendo-se dos dispositivos do Regimento Interno do Senado.

Tal Regimento é considerado anacrônico, pela maioria dos Senadores. O Regimento Interno da Câmara sofreu uma atualização adequada, de maneira que feito um pedido de verificação de voto, um outro só poderá ser solicitado uma hora depois. No Senado pode-se fazer pedido de verificação atrás do outro e por apenas um senador, quando na Câmara é preciso que o deputado que o requerer tenha o apoio de um mínimo de 5 por cento dos seus colegas.

Algumas tentativas foram feitas pelo presidente do Senado, Jarbas Passarinho, sem resultado. Ele chegou a autorizar a elaboração de um estudo por sua assessoria que resultou em um alentado anteprojeto de reforma do Regimento Interno. Cópias desses anteprojetos foram enviados aos líderes de bancadas. O líder da minoria de então senador Marcos Freire, devolveu o anteprojeto ao presidente do Senado, sustentando que a reforma regimental teria que se consumir mediante o entendimento entre as bancadas com assento naquela Casa.

Diante da continuidade do processo de obstrução parlamentar, a liderança da maioria instruiu o vice líder José Lins de Albuquerque apresentar um projeto de Resolução alterando vários dispositivos do Regimento. Em seguida, o senador Juthay Magalhães, também vice-líder do PDS, fez a mesma coisa. Houve resistências entre os senadores do PDS às duas iniciativas e não há perspectiva de aprovação de nenhum dos dois projetos.

Interpretando pensamento de grande parte dos senadores, o vice líder José Lins de Albuquerque afirma que se torna indispensável reformar o Regimento do Senado para que a instituição possa se desincumbir de sua principal atribuição, que é a legislativa ou não haverá possibilidade de cumprir esse papel fundamental. A paralisação dos pedidos de empréstimos internos e externos custou grandes desgastes ao Senado.

Diante da campanha movida principalmente pelos prefeitos de municípios de diferentes Estados do país — uma comissão se concentrou em Brasília, no mês de maio — chegou a ser aventada a possibilidade de uma emenda constitucional que suprimisse a faculdade do Senado de aprovar os pedidos de empréstimos internos e externos de Estados e municípios, gestão que parece esdrúxula num momento em que tanto se discute a devolução de prerrogativas do Poder Legislativo.

A bancada opositora no Senado, diante do movimento dos prefeitos e da pressão do PDS, chegou a adotar uma posição de tolerância, concordando em aprovar empréstimos internos e externos até um limite de Cr\$ 50 milhões. Na verdade, a Oposição permitiu aprovar pelo menos dois acima daquela marca — o do Rio Grande do Sul, para pagamento do funcionalismo, e o do Rio de Janeiro para reequipamento do seu Corpo de Bombeiros.

CRITICAS

A liderança da maioria sofre críticas veladas — algumas vezes abertas — de quase todos os senadores. Nilo Coelho é acusado de não ter gosto pelo exercício da liderança da banca, de não ser assíduo ao plenário e às comissões e muitas vezes nem mesmo a seu gabinete. Critica-se o senador pernambucano por só ter reunido uma vez a sua bancada, quando já parte para completar o segundo ano no exercício da liderança. Nilo delega as suas tarefas aos vice líderes, principalmente a José Lins e Juthay Magalhães.

Com 36 senadores, a bancada está ameaçada de cair para 34, a marca da maioria absoluta — metade mais um — indispensável para a aprovação de inúmeras matérias. É que os senadores Lomanto Junior e Martins Filho, insatisfeitos com os governadores da Bahia e do Rio Grande do Norte, respectivamente, no encaminhamento da questão sucessória governamental, já anunciaram que se desligarão do PDS para fundar um novo partido — o Partido Liberal.

Os dois senadores anunciaram ontem que terão audiência com o presidente Figueiredo às 11 horas e 30 minutos de hoje para anunciar a organização do novo partido.

O governo continua alimentando a esperança de conservar a maioria absoluta no Senado, após as eleições de 15 de novembro. Mesmo que consiga reeleger apenas 6 senadores, o PDS manterá essa maioria absoluta. É claro que o partido do governo acha-se em condições de eleger mais do que seis senadores, a julgar pelas prévias que estão sendo promovidas nos diferentes estados do país.